IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO CULTURAL: A GESTÃO DO SÍTIO UNESCO DE FERRARA E O DELTA DO PÓ

SESSÃO TEMÁTICA - PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E PAISAGEM CULTURAL: NOVOS DESAFIOS À PRESERVAÇÃO

Mariana de Souza Rolim
Universidade Presbiteriana Mackenzie
msrolim@outlook.com

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO CULTURAL: A GESTÃO DO SÍTIO UNESCO DE FERRARA E O DELTA DO PÓ

RESUMO

A recente ampliação do conceito de patrimônio – passando de monumentos isolados a cidades inteiras, incluindo patrimônio material, imaterial e natural – adicionou desafios às políticas para sua preservação. O presente artigo propõe uma reflexão sobre esses desafios, em especial, sobre a gestão das paisagens culturais em sua totalidade, considerando o patrimônio de forma dinâmica, valorizando a relação das comunidades com sua herança coletiva, a partir do caso do sítio Unesco de Ferrara. A cidade italiana de Ferrara foi um dos centros da renascença nos séculos XV e XVI, onde nasceu o conceito moderno de planejamento urbano. Para além da cidade murada, os domínios da família Este compreendiam também uma grande extensão de área rural que chegava até o delta do rio Pó. Essa é a área que é hoje inscrita na lista de patrimônio da humanidade. Por conta da grande extensão da área – que contempla áreas urbanas, agrícolas e de preservação natural –, existem vários níveis governativos envolvidos na gestão do sítio. Em nível regional, existem três planos específicos para proteção do sítio, que estabelecem regulamentações referentes à paisagem e áreas naturais; à identidade histórico-cultural; e à identificação de potenciais, incluindo ações para o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais. Existem, ainda, planos municipais e ações para monumentos específicos, considerando tanto a zona inscrita quanto a sua área envoltória. Além da valorização do patrimônio material existente na área, outro aspecto importante é o patrimônio imaterial presente no sítio. Considerando a estruturação de toda a área, e buscando a integração de diferentes atores, foi elaborado um plano de gestão – que contempla os outros planos existentes – e que busca a valorização da paisagem cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Preservação. Unesco.

THE CHALLENGE OF CULTURAL PRESERVATION: THE MANAGEMENT OF UNESCO SITE OF FERRARA AND ITS PO DELTA

ABSTRACT

The recent enlargement of the concept of heritage – from isolated monuments to entire cities, including tangible, intangible and natural heritage – added challenges to the policies for its preservation. This article proposes a reflection on these challenges, in particular on the management of cultural landscapes as a whole, considering the heritage from a dynamic point of view, valuing the relationship of communities with their collective heritage, from the Unesco site of Ferrara. The Italian city of Ferrara was one of the centres of the Renaissance in the 15th and 16th centuries, and the birthplace of the modern concept of urban planning. Beyond the walled city, the domains of the Este family also comprised a large extension of rural area that reached the delta of the river Po. This area is now inscribed on the World Heritage list. Due to the large extension of the area – which includes urban, agricultural and natural areas – there are several levels of Government involved in the management of the site. At regional level, there are three specific plans for the site protection, establishing regulations for the landscape and natural areas; for the historical and cultural identity; and for the identification of potentials, including actions to develop traditional economic activities. There are also municipal plans and actions for specific monuments, considering both the core zone as its buffer zone. In addition to the enhancement of the area's material heritage, another important aspect is the intangible heritage present on the site. Considering the management of the whole area, and seeking integration between different actors, it was elaborated a master plan – which includes the other existing plans – and looks for the enhancement of the cultural landscape.

Keywords: Cultural heritage. Preservation. Unesco.

> *E se [Ferrara] exerce um fascínio tão forte, talvez não seja por acaso: ela foi concebida como imagem global de um passado medieval, um presente renascentista e um futuro polivalente. Registra a variação dos eventos com a espessura da memória e do contexto simultaneamente e por vezes com a inquietude do imprevisível, do inacabado. (Zevi, 1997, p.28, tradução nossa[1])*

Estamos às vésperas do aniversário dos 80 anos do Iphan e dos 45 anos da lista de patrimônio mundial da Unesco. Como toda ciência nova, ainda existem inúmeros desafios à preservação do patrimônio, que se tornaram mais complexos com a recente ampliação do conceito – passando de monumentos isolados a cidades inteiras, incluindo patrimônio material, imaterial e natural. Acompanhando esse tal processo, foram criadas estruturas para a preservação do patrimônio. Para além disso, foi criada uma rede de instituições e mecanismos de proteção internacionais. A intenção aqui é contribuir para a discussão sobe a gestão das paisagens culturais em sua totalidade e o desafio de tratar o patrimônio de forma dinâmica, valorizando a relação das comunidades com sua herança coletiva, a partir do caso do sítio Unesco de Ferrara e o delta do Pó[2].

Assim, o presente artigo está estruturado em três partes. A primeira, introduz o tema da preservação do patrimônio, incluindo a ampliação do conceito até a ideia de paisagem cultural. Ressalta-se, no entanto, que o objetivo não é apresentar um histórico detalhado da evolução do conceito, mas apenas introduzir algumas questões que são referências para a discussão proposta ao longo do artigo. A segunda apresenta a cidade de Ferrara, incluindo o processo para inserção do sítio na lista de patrimônio mundial Unesco. Por fim, serão apresentadas as principais linhas do plano de gestão existente ali para a preservação do sítio.

1. PATRIMÔNIOS

> *Mesmo os defensores mais devotos do patrimônio devem, todavia, reconhecer que no último meio século o próprio conceito de patrimônio cultural se tornou problemático, e isso talvez também seja o caso do aparentemente claro conceito de patrimônio físico ou material. (Hobsbawm, 2014, p. 163, tradução nossa[3])*

[1] No original: “E se poi [Ferrara] esercita un fascino divorante, forse non è per caso: fu concepita come immagine globale di passato medievale, presente rinascimentale e futuro plurivalente. Registra il variare degli eventi con lo spessore della memoria e la temperie simultanea e talora spasmodica dell’imprevedibile, del non-finito”.

[2] O presente artigo apresenta uma parte da pesquisa do doutorado ora em andamento, que pretende verificar como opera a rede de cooperação internacional, a partir de sítios Unesco. A pesquisa é orientada pelo prof. Dr. Carlos Guilherme Mota (PPGAU, UPM), com cotutela do prof. Dr. Marcello Balzani (*Università degli Studi di Ferrara*), e contou com período sanduíche na Itália, com bolsa CAPES/PDSE.

[3] No original: “Anche i più devoti difensori del patrimonio debbono tuttavia riconoscere che nell’ultimo mezzo secolo lo stesso concetto di patrimonio culturale è divenuto problematico, e ciò forse vale anche l’apparentemente chiaro concetto di patrimonio fisico o materiale”.

A origem da palavra patrimônio está associada a bens de família. Em um processo que passou pelo Renascimento e pelas Revoluções Francesa e Industrial, começa-se a falar também do patrimônio de uma nação – ou seja, dos bens que identificam um determinado grupo. A noção de patrimônio – bem como da necessidade de sua preservação – teve momentos de intenso debate nos períodos após o fim da I e da II Guerras Mundiais. Esse tal debate se consolidou em 1972, na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas). Segundo a Convenção, o patrimônio cultural pode ser formado por monumentos, conjuntos ou sítios, sendo que os monumentos são "obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência" (Unesco, 1972).

Com essa ampliação, surge a questão da qualificação desse patrimônio. A Convenção de 1972 da Unesco menciona em seu título patrimônio mundial, cultural e natural. Além dos clássicos patrimônio artístico e histórico, hoje se considera ainda patrimônio ambiental, material, imaterial. E há outros como patrimônio industrial, científico, arqueológico, ecológico, paleontológico, móvel, imóvel, construído, intangível, etc., etc. Norma Lacerda (Zancheti e Lacerda, 2012, p. 45) indica que "o grande desafio, quando se trata de valorar esses bens [esse patrimônio], é como conciliar todos os seus tipos de valores".

O excesso de diferenciação na valoração do patrimônio muitas vezes é uma questão de semântica (natural e ambiental seriam o mesmo tipo, imaterial/intangível e tangível/material/construído têm as mesmas características). Aqui será considerada a classificação proposta pela Unesco (1982), que considera três categorias de patrimônio: cultural (que pode ser tangível móvel, tangível imóvel/construído ou intangível), natural e misto (os vestígios arqueológicos ou históricos em seu contexto natural original).

O patrimônio misto pode ser entendido também como paisagem cultural. Sobre esse – recente – conceito, Ribeiro (2007, p. 9) afirma que "em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço". Assim, se buscaria um meio termo entre os bens naturais e os culturais, relacionando a integração entre a natureza e o homem em manifestações tangíveis e intangíveis.

Vinculado a essa ideia de patrimônio, está a de preservação. Aqui será considerado o conceito apresentado por Beatriz Kühl (2008, p.59):

> *A palavra preservação no Brasil possui um sentido lato que abarca variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para a tutela, educação*

patrimonial e políticas públicas. Abrange também as intervenções nos bens, para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, que podem assumir a forma de manutenção, conservação, restauração.

Fica claro então que entender a preservação do patrimônio de forma isolada não é mais possível. Por exemplo, para preservar um determinado patrimônio construído, muitas vezes se considera ações de valorização realizadas a partir do patrimônio móvel ou intangível vinculados àquele patrimônio construído.

Para garantir essa ação, foram criadas estruturas de preservação do patrimônio. Essas estruturas estão vinculadas não só à forma de organização política de cada país, mas também a sua cultura, a sua visão de mundo (cf. Zancheti e Lacerda, 2012). A estrutura de preservação não é apenas a legislação vigente, mas sim a rede existente que trabalha para a preservação do patrimônio. Assim, pode incluir órgãos em diferentes esferas de atuação, legislação de proteção, conselhos vinculados às questões culturais, órgãos vinculados à justiça e controles, organizações da sociedade civil organizada, entre outros.

No âmbito internacional, essa rede para a preservação começou a se estruturar logo após a I Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações, que operava também no campo da cooperação intelectual, e o seu Escritório Internacional de Museus, que organizou o encontro que deu origem à Carta de Atenas de 1931, um dos documentos de referência que estruturaram ações de preservação em todo o mundo.

Após a II Guerra, essa ideia de um movimento internacional para a preservação criou corpo e se estabeleceu de forma decisiva e global. A Liga das Nações se reestruturou, e em 1945 deu origem à ONU (Organização das Nações Unidas)[4]. Nesse cenário, foram criados o Iccrom (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) em 1956, e o Icomos (*International Council on Monuments and Sites*) em 1965. O primeiro se estabeleceu em Roma, e atuava lado a lado com o italiano *Istituto Centrale del Restauro*. O segundo, teve sua origem nas discussões realizadas durante seminário em Veneza, que deu origem à chamada Carta de Veneza, de 1964. O Iccrom tem hoje um papel mais voltado para questões técnicas do restauro. Já o Icomos está mais voltado para ações de preservação e mantem escritórios técnicos em quase todos os 47 países membro da Unesco.

Da cooperação internacional se passou à ideia de um patrimônio que fosse de interesse mundial. A primeira ação de preservação que reuniu esforços em escala internacional foi a campanha para arrecadar fundos para o templo de Abu Simbel, no vale do rio Nilo, Egito.

[4] Ainda, o Comitê Internacional para Cooperação Intelectual foi substituído pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); e em 1946 o Escritório Internacional de Museus originou o Icom (Conselho Internacional de Museus).

Liderada pela Unesco, em 1959 (cf. Unesco, 2008), a ação foi realizada a partir de pedidos oficiais dos governos do Egito e do Sudão, e foi tão bem-sucedida que deu origem a outras, em Veneza, no Paquistão e na Indonésia. Além disso, nesse momento foi elaborado um rascunho da convenção que aconteceria treze anos depois.

Outro evento que contribuiu para a convenção de 1972 aconteceu em Washington, EUA, em 1965. Nesse ano, foi organizada uma conferência na Casa Branca que propôs a criação de um fundo para o patrimônio mundial, com a intenção de estimular a cooperação internacional na proteção de áreas naturais, paisagísticas e sítios históricos ao redor do mundo.

Nesse contexto foi realizada, em 1972 em Paris, a conferência geral da Unesco que adotou a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Esse foi o documento que criou o mecanismo de reconhecimento de um patrimônio que seria mundial, através da inscrição de bens em uma lista pública considerando três categorias: áreas naturais, culturais (históricas) e mistas (que combinariam as duas anteriores). Seis anos mais tarde, a lista tinha início, com a inscrição de doze sítios[5].

Para a avaliação das propostas à inscrição na lista, a Unesco conta com três órgãos de assessoramento, que avaliam tecnicamente as propostas e atuam como suporte técnico aos países filiados à Unesco. Além do Iccrom e do Icomos, o outro órgão assessor é o IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), que existe desde 1948.

Nos quase 40 anos de atividade da lista, as ações em prol da preservação do patrimônio mundial sofreram alterações e revisões. Em 1992, foi criado o Centro Unesco para o Patrimônio Mundial e foi adotada a categoria de paisagem cultural. O Centro atua com ações de apoio à formação técnica (principalmente através do Iccrom) e de divulgação, incluindo ações de valorização do patrimônio com público jovem. Outro momento de destaque foi a aprovação da convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003. Os dois momentos marcaram mudanças de posicionamento sobre o que é patrimônio, alterando e ampliando de forma decisiva, as ações realizadas para a sua preservação.

Vale também destacar que, juridicamente a responsabilidade pela preservação de sítios listados como patrimônio mundial recai sobre os países onde os sítios se encontram. Assim, a atuação da Unesco na preservação se concentra no suporte a esses países em questões de gestão de patrimônio e em atividades que não contemplem a intervenção direta no bem, mas que buscam contribuir para sua preservação.

[5] Em 2015, a lista do Patrimônio Mundial incluía 1.031 sítios, sendo 802 culturais, 197 naturais e 32 mistos.

2. FERRARA, CIDADE RENASCENTISTA E SEU DELTA DO PÓ

> *Ferrara, exemplarmente projetada no Renascimento, mantém o seu centro histórico intacto. Os cânones do planejamento urbano expressos ali tiveram uma profunda influência no desenvolvimento da urbanística nos séculos seguintes. As residências dos duques d'Este no delta do Pó ilustram de forma excepcional o reflexo da cultura do Renascimento na paisagem natural. O delta do Pó é uma paisagem cultural excepcionalmente planejada que conserva de forma notável a sua forma original. (Borella e Domenicali, 1999, p.7, tradução nossa[6])*

O texto acima é o que marcou a inclusão da cidade na lista do patrimônio mundial, e se encontra em uma placa comemorativa no Castelo Estense, coração da cidade. Um dos principais centros da Renascença, foi na cidade italiana de Ferrara onde nasceu o conceito moderno de planejamento urbano.

Figura 1 – Castelo Estense, um dos símbolos da cidade e ponto de início da expansão renascentista. Foto da autora, 2015.

[6] No original: "Ferrara, esemplarmente progettata nel Rinascimento, conserva il suo centro storico intatto. I canoni della pianificazione urbana qui espressi ebbero una profonda influenza per lo sviluppo dell'urbanistica nei secoli seguenti. Le residenze dei duchi d'Este nel Delta del Po illustrano in modo eccezionale il riflesso della cultura del Rinascimento sul paesaggio naturale. Il Delta del Po è un eccezionale paesaggio culturale pianificato che conserva in modo notevole la sua forma originale".

Situada em uma planície às margens do rio Po di Volano, os primeiros registros da cidade de Ferrara são da segunda metade do século XVIII. A pequena cidade ganha destaque no final da Idade Média, quando – sob o domínio da família Este – se torna em um dos principais centros do renascimento italiano (entre os séculos XIV e XVI). Personagens como Piero della Francesca, Leon Battista Alberti, Ludovico Ariosto, Nicolau Copérnico, Ticiano e Lucrécia Borgia fizeram parte da história da cidade, e em 1391 foi criada ali uma universidade – que existe ainda hoje.

Também durante o Renascimento, no século XV, a cidade passou por uma ampliação. O projeto realizado pelo arquiteto Biagio Rossetti, sob encomenda do duque Ercole I d'Este em 1484, deu a configuração urbana que se vê na cidade até hoje – Ferrara apresenta uma das cintas murarias mais bem preservadas da Europa. O plano chamado de adição hercúlea, contava com uma regulamentação urbanística que serviu de exemplo para toda a Europa, e fez com que Ferrara fosse considerada a primeira cidade moderna do continente (cf. Ferrara, 1994 e Zanelli, 2009). O projeto expandiu a cidade ao norte do castelo, em um esquema racional de ruas e edifícios, dobrou a área da cidade e desenhou um sistema de muralhas defensivas. O desenho manteve o tecido medieval existente e criava outro – integrado ao antigo – organizado e pensado como uma grande cenografia que deveria ressaltar o poder da corte dos Este. A muralha de Ferrara apresenta características bastante significativas da arquitetura militar da época, com um sistema que se integra ao contexto urbano. A relação de simetria entre as áreas interna (sistema viário) e externa (a planície agrária) funcionavam em conjunto para o sistema defensivo da cidade.

Para além do núcleo urbano murado, os domínios do ducado dos Este compreendiam também uma grande extensão de área agrícola que chegava até o delta do rio Pó, junto ao mar Adriático. Todo o território rural apresenta ainda hoje uma paisagem que foi construída pelos Este, em sistemas de canais e construções chamadas de *Delizie*. As *delizie* eram palácios dos Este, circundados por bosques, parques e jardins. Essas construções foram realizadas seguindo uma lógica de controle sobre o território, bem como para demonstrar o poder da família. Assim, a partir das *delizie* se controlava o sistema de águas (trata-se de região semi-pantanosa) e garantia a produtividade econômica desenvolvida ali.

Figura 2 – Vale de Comacchio, edifício que abrigava as atividades de beneficiamento de enguia, hoje aberto à visitação. Foto da autora, 2015.

No que tange à preservação, o terremoto de 1570 fez com que surgissem as primeiras iniciativas a respeito. Nessa ocasião, o duque de Ferrara proclamou que edifícios antigos deveriam ser recuperados e que novos edifícios deveriam ser construídos em maneira segura, de forma a não serem danificados por novos terremotos nem causassem danos aos edifícios do entorno. A preocupação com a preservação dos principais edifícios da cidade, incluindo restauro em alguns casos, continuou quando a cidade esteve sob o governo dos Estados Papais (final do século XVI), durante a ocupação francesa (final do século XVII) e depois com a unificação italiana (1860). No início do século XX, o escritório regional para a preservação de monumentos da Emília-Romagna orientou intervenções urbanas em Ferrara e passou a se ocupar das ações de preservação de monumentos.

Esse processo se alterou durante o regime fascista (1922-1943), quando foi realizado um plano para expansão da cidade de Ferrara para além de suas muralhas: esse foi o momento do nascimento da periferia da cidade, com a separação definitiva entre a cidade e seu território e o surgimento de uma dicotomia econômica entre o centro urbano e o campo (cf. Ferrara, 1994). Essa situação permaneceu no período pós II Guerra, quando a instalação de uma área industrial periférica reforçou essa dicotomia.

Durante a II Guerra, Ferrara foi bastante bombardeada e, como quase toda a Europa, passou por uma série de reconstruções. Nesse cenário, surgiu o debate sobre a preservação dos centros históricos e na Itália nasceu a associação *Italia Nostra*, em 1955, com o objetivo de

difundir a cultura da conservação. Dentro dessa nova visão dos centros históricos, foram realizados dois planos importantes para o centro histórico de Ferrara: em 1957/60, o esquema de planejamento geral, que continha regras específicas para a preservação e restauração. E em 1963/68 a realização de uma pesquisa que cadastrou todas as ruas do centro histórico, permitindo um controle sistemático das propriedades dentro da muralha.

Continuava, no entanto, a oposição – e separação – campo/cidade, que só foi interrompida com o plano diretor de 1975. Esse plano criou um novo equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e do território, partindo do conceito de conservação integrada. Assim, contemplava políticas em nível regional (incluindo as cidades de Bolonha, Ferrara, Modena, Reggio Emilia, Cesena e Comacchio) e planos detalhados para os centros históricos[7]. A ideia de conservação integrada nasceu com o pressuposto que qualquer projeto de intervenção partiria de um estudo detalhado do desenvolvimento e da transformação da cidade, e que deveria contemplar uma conservação física e social.

Os planos específicos para os centros históricos foram estruturados considerando que deveriam enfrentar um ciclo negativo de exploração existente em diversas cidades italianas na época: a crescente valorização de áreas centrais, com a consequente expulsão de residentes e atividades tradicionais para as periferias das cidades. Assim, nos centros históricos, a conservação integrada considerava que todos os elementos originais – incluindo áreas públicas e edifícios não monumentais – deveriam ser respeitados, evitando demolições sempre que possível. Além disso, o governo local assumiu o controle das transformações socioeconômicas. O primeiro passo para isso foi o de restringir a expansão da malha urbana, freando assim o crescimento das periferias. Depois, a recuperação das áreas urbanizadas, viabilizando a recuperação dos centros em conjunto com atividades econômicas tradicionais da região. Por fim, os planos previam o uso de edifícios históricos de grande porte como centros de serviços, de forma a não alterar a estrutura urbana original e recuperar estruturas abandonadas. No caso da cidade de Ferrara, os diferentes cursos da universidade foram os responsáveis pelo restauro e pela manutenção de edifícios monumentais. Outra ferramenta crucial para o sucesso da proposta foi a criação de um escritório para o centro histórico, que tinha o escopo de monitoramento das intervenções em bens culturais, bem como o de oferecer suporte técnico para projetos a serem realizados na cidade.

Assim, pela primeira vez desde o projeto de Rossetti, o desenvolvimento da cidade de Ferrara estava diretamente vinculado ao do território em seu entorno (cf. Ferrara, 1994). O objetivo deste artigo não é o de apresentar esse plano em detalhes, porém é importante ressaltar que

[7] Os níveis de governo na Itália contemplam o governo central, regiões, províncias e municípios. A cidade de Ferrara está localizada na região da Emília-Romagna, na província de Ferrara.

um outro objetivo relevante era o de reverter uma tendência na região: o de uma urbanização crescente desvinculada dos recursos naturais locais. O plano propunha, então, concentrar centros de produção, residências e serviços nas artérias já existentes, em detrimento a centros menores, na periferia da província.

Um último ponto a destacar é que o processo de aprovação e implantação do plano contemplou diversas consultas públicas – seja à população em geral, seja a setores específicos – e, ao final, apresentava não um objetivo, mas diversos etapas de desenvolvimento, em uma visão ampla da cidade inserida em toda uma região, incluindo suas áreas urbanas, industriais, agrícolas e naturais.

Considerando o processo de preservação e valorização da cidade de Ferrara, em 1994, o governo italiano submete à avaliação da Unesco a candidatura da cidade à inscrição na lista de patrimônio mundial.

Na XIX seção do Comitê do Patrimônio Mundial, que se reuniu em Berlim entre 4 e 9 de dezembro de 1995, foi aprovada a inserção da cidade na lista, por se tratar de um "notável exemplo de cidade projetada no Renascimento, que mantém o seu centro histórico intacto e que exprime cânones de planejamento urbano que tiveram uma profunda influência no desenvolvimento do urbanismo nos séculos seguintes" (Zanelli, 2009, p. 23, tradução nossa[8]).

Inicialmente apenas o centro histórico – com a área circunscrita às muralhas – foi apresentado ao comitê. Alguns anos mais tarde, em 1999, a área reconhecida foi ampliada, englobando a região rural da província de Ferrara até o mar Adriático, considerando o sistema das *delizie* e parte da área de preservação natural do Parque do Delta do Pó. Dessa vez, o Comitê considerou a questão da paisagem como elemento de valor para a inserção na lista: "as residências dos duques d'Este no delta do Pó ilustram excepcionalmente bem a influência da cultura do Renascimento na paisagem natural, [...] e o delta do Pó é uma excepcional paisagem cultural planejada que mantém de forma notável a sua forma original" (Zanelli, 2009, p. 23, tradução nossa[9]).

[8] No original: "mirabile esempio di città progettata nel Rinascimento, che conserva il suo centro storico intatto e che esprime canoni di pianificazione urbana che hanno avuto una profonda influenza per lo sviluppo dell'urbanistica nei secoli seguenti".
[9] No original: "le residenze dei duchi d'Este nel Delta del Po illustrano in modo eccezionale l'influenza della cultura del Rinascimento sul paesaggio naturale, […] e il Delta del Po è un eccezionale paesaggio culturale pianificato che conserva in modo notevole la sua forma originale".

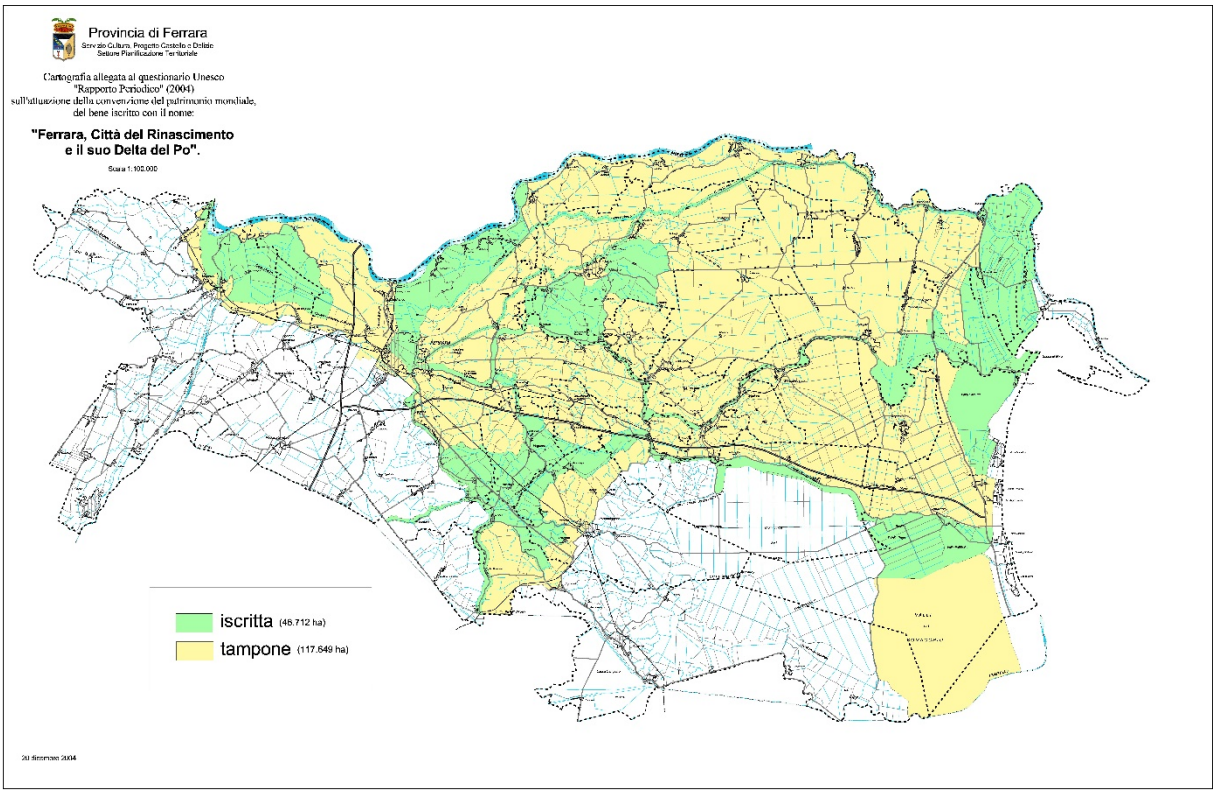

Figura 3 – Mapa indicando a área inscrita como patrimônio mundial e sua área envoltória, dentro da província de Ferrara. Fonte: Província de Ferrara, http://whc.unesco.org/en/list/733/multiple=1&unique_number=867 (Agosto 13, 2015)

A inserção do sítio na lista de patrimônio mundial pode ser entendida como uma continuidade da visão iniciada com o plano de conservação integrada de 1975, onde era primordial que as ações de planejamento e desenvolvimento considerassem o contexto regional.

3. PLANOS PARA A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO MUNDIAL

> *E ainda há a extraordinária extensão dos diversos problemas de preservação e das consequentes escolhas legislativas. Problemas intrincados e sujeitos a estímulos conflitantes deflagrados pela urgência das pressões econômicas e sociais, fortes o suficiente para ofuscar aquelas de cunho cultural e educativo. (Carbonara, 1997, p. 638, tradução nossa[10])*

Uma das principais contribuições do plano baseado na conservação integrada foi mostrar que a gestão do patrimônio não pode se restringir meramente a questões de tombamento ou outro tipo de restrição legal. Carbonara (1997) indica que o tombamento por si só pode levar a situações de conflito entre proprietários, governo e população que, ao invés de proteger o

[10] No original: "Resta poi la straordinaria estensione dei più generali problemi di tutela e delle conseguenti scelte legislative. Problemi intricatissimi e soggetti a spinte contrastanti sotto l'urgenza delle pressioni economiche e sociali, tanto forti da mettere in ombra quelle di tipo culturale e più latamente educativo".

bem, podem colocá-lo em uma situação de risco. Isso aconteceria principalmente em casos de um patrimônio não monumental, ou seja, daquele que não é reconhecido facilmente como patrimônio pela população. Assim, se deve considerar uma legislação que seja ativa, contemplando a realização de estudos, planos, propostas de intervenção, apoio técnico a proprietários, benefícios fiscais, entre outros. Além da inserção da preservação em outros âmbitos governamentais, como nas atividades de planejamento em geral, e incluindo diferentes políticas setoriais, da agricultura ao planejamento urbano, da infraestrutura às áreas industriais e de lazer (cf. Montella, 2005).

Conforme apresentado anteriormente, Ferrara contava já com mecanismos de planejamento que consideravam o fato de que o patrimônio não é estático, e que entendiam preservação como um conjunto de ações a serem desenvolvidas em prol do patrimônio. Como então inserir a questão do patrimônio mundial em um contexto já dinâmico?

Desde a assinatura da convenção de 1972, o processo para inclusão de um bem na lista de patrimônio mundial sofreu diversas alterações. Os primeiros processos apresentavam uma descrição bastante simplificada dos mecanismos existentes para a preservação do sítio. Nas celebrações dos 30 anos da convenção, em 2002, foi assinada a declaração de Budapeste, que destacou a importância do estabelecimento de ferramentas adequadas para a gestão dos bens listados como patrimônio mundial. Essa declaração deu novo impulso à elaboração de planos de gestão específicos. Assim, hoje um dos itens que devem obrigatoriamente ser apresentado na candidatura de um sítio é o plano de gestão do bem[11].

No caso do sítio de Ferrara[12], a grande extensão da área preservada cria uma sobreposição de diversos níveis governativos envolvidos na sua gestão. No momento da inclusão na lista, foram apresentados os diversos planos existentes para a região. Esses planos, no entanto, não contemplavam a necessária integração entre os diversos atores no perímetro específico reconhecido como patrimônio mundial.

Sob a luz da declaração de Budapeste, foi iniciado, em 2005, um processo para elaboração de um plano específico para o sítio listado como patrimônio mundial. A ação foi enriquecida com a aprovação da lei italiana nº 77 (20.02.2006), que estabeleceu medidas específicas para a proteção e uso dos bens italianos inscritos na lista do Patrimônio Mundial da Unesco[13]. Em particular, criou mecanismos para financiar a elaboração de planos de gestão para os sítios

[11] Existem diversas publicações da Unesco e de seus órgãos de apoio que podem orientar os governos locais a elaborarem políticas específicas. Recentemente foi publicado em português o manual Unesco para gestão do patrimônio mundial (Unesco, 2016).
[12] A partir deste ponto, entenda-se “sítio de Ferrara”, como o sítio listado na Unesco como “Ferrara, cidade renascentista e seu delta do Pó”.
[13] A Itália é o país que tem o maior número de bens inscritos na lista: em 2015, eram 51 sítios reconhecidos como patrimônio mundial.

já inscritos na lista, visando criar condições para o desenvolvimento do sítio, respeitando a sua preservação.

Hoje, em nível regional, existem três planos específicos para proteção do sítio. O Plano Regional de Paisagem, que estabelece regulamentações referentes à identidade histórico-cultural. O Plano para o Parque do Delta do Pó, que tem como objetivo a proteção das áreas naturais. E o Plano Territorial Provincial, responsável por identificar potenciais e ações para desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais e de turismo de uma maneira a preservar as características do ambiente e do campo. Esse último plano contempla tanto a zona inscrita quanto a sua área envoltória.

Além desses três planos, o município de Ferrara tem uma ferramenta específica para planejamento urbano, que identifica toda a cidade histórica dentro da muralha como área de interesse cultural, como continuidade do grau de proteção estabelecido em 1975 para a cidade.

No que tange à participação da população, o município de Ferrara tem um comitê para gestão de propriedades, com planejamento anual visando aumentar o conhecimento da população, em especial dos residentes e trabalhadores locais, para a extensão da área preservada e de sua importância. A nível regional, existem escritórios locais que são responsáveis pelo monitoramento da aplicação das legislações e planos vigentes.

> *O reconhecimento Unesco é um poderoso refletor que ilumina cidades e paisagens, um grande catalizador de atenções que, se adequadamente apoiado por políticas concretas e coerentes, pode ser capaz de ativar e consolidar um significativo crescimento econômico do território. (Gaetano Sateriale apud Zanelli, 2009, p. 11, tradução nossa[14])*

Foi assim que o então prefeito de Ferrara introduziu a publicação que apresentou o plano de gestão para o sítio Unesco, publicado após quatro anos de trabalho. Uma afirmação aparentemente simples, a de ter “políticas concretas e coerentes”, pode ser muito mais complexa de acordo com as características do sítio em questão. No caso do sítio de Ferrara, tem-se não apenas um centro histórico – com toda a complexidade de gestão de uma área urbana –, mas também áreas naturais e paisagens culturais. Então a elaboração do plano começou com o estabelecimento – de forma muito clara – de três fatores (cf. Zanelli, 2009, p. 20-22).

[14] No original: “Il riconoscimento Unesco è un potente riflettore che illumina città e paesaggi, un grande catalizzatore di attenzione che, se adeguatamente sostenuto da politiche concrete e coerenti, può riuscire ad attivare e consolidare una sensibile crescita economica del territorio”.

O primeiro era estabelecer quem escreveria o plano de gestão. O sítio de Ferrara incluí diversas prefeituras, os governos da província e da região, os órgãos de gestão de bens culturais e dos bens naturais. Assim, o primeiro passo foi definir uma entidade que seria a responsável pela elaboração do plano, estabelecendo o papel de cada um dos envolvidos.

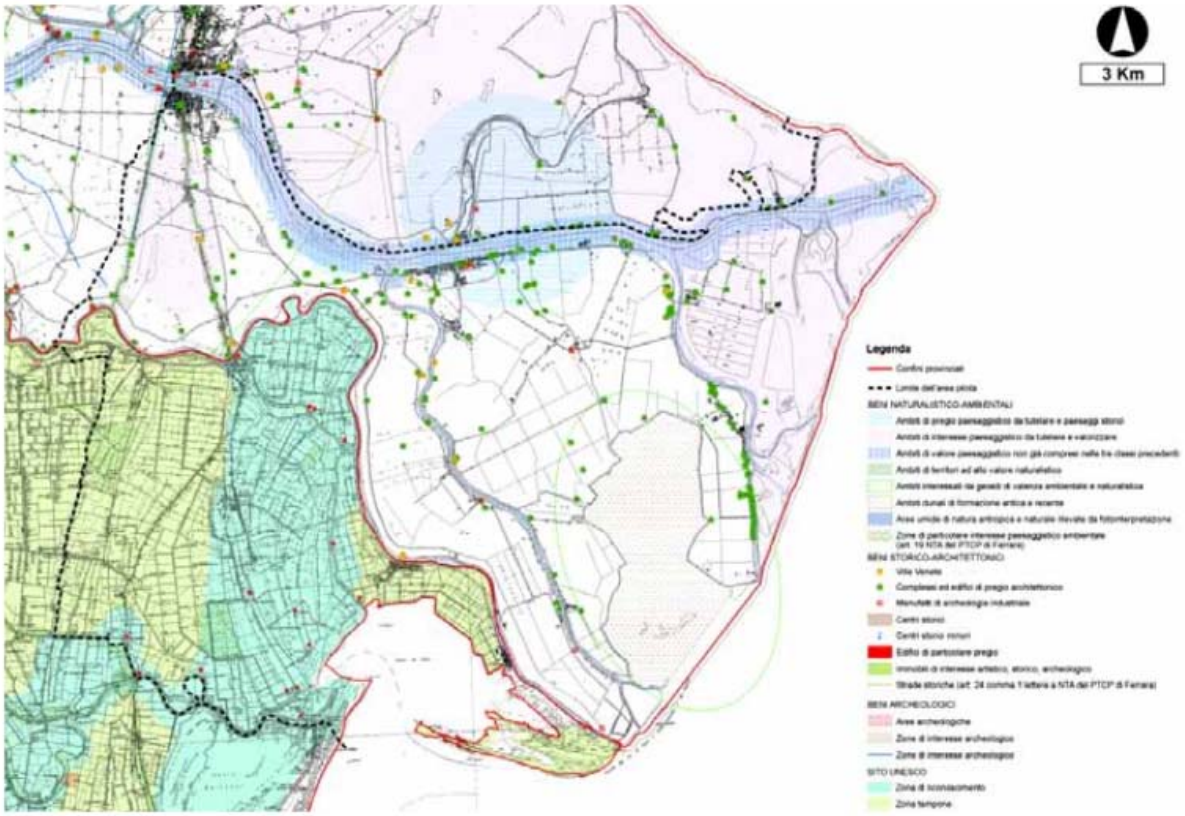

Figura 4 – Mapa de bens culturais, mostrando a sobreposição de diferentes áreas de preservação.
Fonte: Quaglia, 2011, p. 123.

Em seguida era necessário estabelecer o perímetro da área a ser gerenciado de forma única. Essa área nem sempre é a mesma inscrita, já que se deve considerar os elementos que possam incidir sobre a área protegida, seja de forma positiva ou negativa. Por fim, o terceiro fator era identificar com quais instrumentos o plano se relacionaria (legislações, planos urbanísticos, planos de turismo, programação de eventos e de obras públicas, etc.).

Outro ponto estratégico foi definir uma missão, segundo a qual deveriam ser orientadas todas as ações e decisões inerentes à gestão do sítio. O parecer da Unesco para inserção do sítio de Ferrara na lista de patrimônio mundial ressalta o aspecto da paisagem cultural, entendendo o sítio não como um único monumento, mas como um conjunto significativo e coerente. Assim, a missão definida foi a valorização da paisagem cultural.

Figura 5 – Eixos de ações a serem realizadas para a gestão do sítio de Ferrara, sempre norteadas pela missão definida no plano. Fonte: elaborado pelo autor, com base em Zanelli, 2009, p. 123-125.

Essa missão também contemplava um processo econômico iniciado na década de 1970: o de utilizar o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade como ponto de força de um processo de valorização do centro histórico. Ressalta-se que essa política teve sucesso por conter instrumentos de incentivo aos setores terciário e universitário e à melhoria da qualidade de vida urbana e ambiental.

A partir da definição dos três fatores e da missão do sítio, o plano foi desenvolvido e estruturado em quatro partes. A primeira, de caracterização do sítio e identificação dos atores envolvidos; em seguida o cenário, considerando análises socioeconômicas, o conhecimento do território (considerando patrimônio tangível e intangível, paisagem cultural e cultura material), os recursos disponíveis e os aspectos legislativos. Em seguida as ações previstas no plano, de acordo com os três eixos previstos (ver figura 5). E por fim, as etapas seguintes do plano, incluindo modelo de gestão e aprofundamento para cada uma das áreas foco do sítio.

Entre as diversas ações previstas – e considerando a questão da valorização da paisagem cultura – é possível destacar três aspectos.

O primeiro é uma pergunta que se apresenta no início das ações de pesquisa e de conhecimento: “quais informações são realmente úteis para a gestão do sítio?” (Zanelli, 2009, p. 127, tradução nossa[15]). Essa pergunta foi feita com base em uma lógica onde não é possível

[15] No original: "quali informazioni sono davvero utili alla gestione del sito?”

pensar em ações competitivas sem um embasamento científico. Assim, ações de pesquisa – sejam acadêmicas, sejam de mercado – se integrariam diretamente ao plano de gestão.

Outro aspecto se refere ao patrimônio imaterial e a atividades econômicas tradicionais da região. Eventos histórico-culturais são desenvolvidos respeitando as características de cada localidade, mas buscando sempre uma lógica de rede, de valorização e de inserção em todo o território. Em dois exemplos, o Palio e as *sagre*. O Palio de Ferrara é um evento de tradição medieval, com jogos e festas. Se à primeira vista o Palio pode parecer uma ação teatral de reencenação histórica (como as realizadas em alguns sítios históricos nos Estados Unidos da América, como Williamsburg), ele é na verdade uma ação que envolve os habitantes locais em seu cotidiano. Assim, é uma ação de valorização histórica, seja do patrimônio intangível – no que diz respeito às danças e competições –, seja do patrimônio construído – ao valorizar os espaços em que são realizadas as provas.

Já as *sagre*, são um tipo de festival que valoriza determinada produção local. Realizadas em toda a Itália, esses festivais têm o apelo de divulgar a produção local. Mais do que isso, o de valorizar essa produção, incentivando que os jovens participem dos processos produtivos. Um exemplo é o festival da enguia, realizado na cidade de Comacchio, que é uma das principais do Parque do Delta do Pó. A enguia é a atividade econômica mais tradicional da região, incluindo sua pesca e seu beneficiamento.

Figura 6 – Competição de bandeiras do Palio de Ferrara, no centro histórico da cidade e entrada do festival da enguia, na cidade de Comacchio. Foto da autora, 2015.

Tanto o Palio quanto os festivais, se inserem em diversos roteiros que foram elaborados para valorizar o território, considerando públicos diversos como turistas estrangeiros ou locais e os moradores da região.

Um último aspecto é a gestão do Parque do Delta do Pó. O plano de gestão para o sítio de Ferrara integrou alguns planos já existentes, e a relação com diversos atores. O Parque do Delta do Pó abrange duas regiões italianas (a Emília-Romagna e o Veneto) e dispõe de uma legislação específica – bem como financiamentos da União Europeia. O plano de gestão buscou então valorizar e desenvolver os aspectos de paisagem cultural do parque, mantendo a base da preservação natural já existente em outros instrumentos, e criando roteiros que colocassem em evidência as estruturas de canais, edifícios de beneficiamento de enguia e as *delizie* que se encontram dentro do parque.

4. BREVE REFLEXÃO

> *A quem cabe em toda hora, no dia a dia, a responsabilidade da gestão de um sítio do Patrimônio Mundial? (Jokilehto e Feiden,1996, p. vi, tradução nossa[16])*

Apesar da ideia de um patrimônio mundial – de um patrimônio de interesse de todos –, são as comunidades locais que se encontram na posição de realizar ações em contato direto com determinado bem. Ou seja, são elas que convivem diariamente com aquele patrimônio e, assim, é a comunidade local quem tem o poder para preservá-lo. (cf. Bauman, 2009 e Zanelli, 2009).

O desafio da preservação não se resolve simplesmente com um plano ou com a inserção de determinado sítio na lista de patrimônio mundial. Tampouco o plano de gestão para o sítio de Ferrara resolveu de forma definitiva a questão. Continuam a existir diversos desafios, entre eles o de articular as diferentes instâncias de aprovação de projetos (em especial em áreas naturais), e o de buscar um equilíbrio entre ações turísticas, o cotidiano local e a preservação. Contudo, buscou-se aqui apresentar algumas possibilidades para viabilizar a preservação de um sítio de uma forma dinâmica.

Uma lição que se pode apreender da gestão do sítio de Ferrara é que uma ação de planejamento e desenvolvimento considerando seu contexto regional, associada às ações já existentes no local, pode ser um caminho para garantir a preservação – e a valorização – de uma paisagem cultural.

[16] No original: ” A qui incombe d’heure en heure, au jour le jour, la responsabilité de la gestion d’un site du Patrimoine mondial ?"

BIBLIOGRAFIA

Bauman, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Borella, Marco; Domenicali, Enrica (Org.). *Ferrara, città del Rinascimento e il suo Delta del Po: Un Paesaggio Culturale*. Ferrara: Provincia di Ferrara, 1999.

Carbonara, Giovanni. *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.

Dalla Negra, Riccardo; et al. (Org.). *Competenze e strumenti per il patrimonio culturale. Il caso del territorio ferrarese*. Ferrara: Corbo Editore, 2010.

Ferrara (prefeitura). *World Heritage List Nomination Form of Ferrara*. 1994. Localizado em: Arquivo Unesco Paris.

Hobsbawm, Eric. *La fine della cultura. Saggio su un secolo in crisi di identità*. Milano: BUR, 2014.

Iphan. *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

Itália. Lei nº. 77, de 20 de fevereiro de 2006.

Jokilehto, Jukka; Feiden, Bernard M. *Guide de gestion des sites du patrimoine culturel mondial*. Rome: Iccrom, 1996.

Kühl, Beatriz Mugayar. "Introdução". In: _____. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: Reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

Montella, Massimo. *Musei e Beni culturali. Verso un modello di governance*. Milano: Mondadori Electa, 2005.

Quaglia, Tiziana (Org.). *Aree protette e sviluppo sostenibile: un piano per la conservazione della biodiversità e lo sviluppo dell'economia locale nel Delta del Po*. Venezia: IUAV, 2011.

Ribeiro, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

Rolim, Mariana de Souza. "Paisagem cultural: a circulação de ideias por trás da Carta de Veneza e das Normas de Quito". In: *III Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas (Anais)*. Belo Horizonte: IEDS, 2014, p. 1-13.

Unesco. *Conferencia Mundial sobre las Politicas Culturales: Informe final*. Paris: Unesco, 1982. http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505sb.pdf (Novembro 30, 2015)

_____. *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. 1972. http://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf (Junho 29, 2015)

_____. *World Heritage Information Kit*. Paris: Unesco, 2008.

_____. *Gestão do Patrimônio Mundial cultural*. Brasília: Unesco Brasil, Iphan, 2016. http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002442/244283por.pdf (Maio 14, 2016)

Verde, Simone. *Cultura senza Capitale. Storia e tradimento di un'idea italiana*. Venezia: Marsilio, 2014.

Zancheti, Silvio Mendes; Lacerda, Norma. *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: CECI, 2012.

Zanelli, Arianna (Org.). *Piano di gestione: Volume 1, i fondamenti*. Ferrara: Comune di Ferrara, 2009.

Zevi, Bruno. *Saper vedere la città: Ferrara di Biagio Rossetti, la prima città moderna europea*. Torino: Einaudi, 1997.